BARREIRAS E FACILITADORES PARA ACESSO AO ESPORTE PARALÍMPICO DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA EM RORAIMA

BARRIERS AND FACILITATORS TO ACCESS TO PARALYMPIC SPORT FOR WOMEN WITH DISABILITIES IN RORAIMA

Alyne Tavares Honorato
https://orcid.org/0009-0005-6095-7095
Universidade Estadual de Roraima - UERR
Boa Vista–RR, Brasil
alyne_t.h@hotmail.com

Allana Lithicia Oliveira Camilo
https://orcid.org/0009-0004-5501-4845
Universidade Federal do Pará - UFPA
Belém–PA, Brasil
allanalithicia11@gmail.com

Kelly Cristina Rodrigues Richil
https://orcid.org/0009-0001-7753-8090
Universidade Estadual de Roraima - UERR
Boa Vista–RR, Brasil
kellyrichil47@gmail.com

Vinicius Denardin Cardoso
https://orcid.org/0000-0003-4669-4290
Universidade Estadual de Roraima - UERR
Boa Vista–RR, Brasil
vinicius.denardin@uerr.edu.br

Resumo. O esporte paralímpico tem se consolidado como um importante espaço de promoção da inclusão social, da autonomia e da melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. Apesar dos avanços nas políticas públicas e na ampliação de oportunidades de prática esportiva, a participação de mulheres com deficiência ainda é marcada por desigualdades históricas e múltiplas barreiras. O presente estudo teve como objetivo analisar as barreiras e os facilitadores percebidos por mulheres com deficiência para o acesso e a permanência no esporte paralímpico. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, realizada com oito mulheres com deficiência participantes de atividades esportivas vinculadas ao Centro de Referência Paralímpico de Roraima. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas e os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. **Resultados:** Os resultados evidenciaram os principais facilitadores e barreiras para a participação dessas mulheres no esporte. O apoio de projetos ou programas públicos, a disponibilidade de equipamentos, transporte até o espaço esportivo reforçam a importância de condições adequadas de investimentos e infraestrutura para garantir o acesso e a permanência dessas mulheres nas atividades esportivas. Em relação as barreiras, a falta de equipamentos, falta de transporte, falta de recursos financeiros são apontados pela amostra investigada. **Conclusão:** Conclui-se que, embora haja avanços no esporte paralímpico, ainda persistem desafios que impactam o acesso e a permanência de mulheres com deficiência nas práticas esportivas. Assim, destaca-se a importância do fortalecimento de políticas públicas, da ampliação da acessibilidade e do investimento em infraestrutura e formação profissional para promover maior inclusão e equidade no esporte.

Palavras-chave: esporte paralímpico; mulheres com deficiência; inclusão; acessibilidade;

Abstract: Paralympic sport has established itself as an important space for promoting social inclusion, autonomy, and improved quality of life for people with disabilities. Despite advances in public policies and the expansion of opportunities for sports practice, the participation of women with disabilities is still marked by historical inequalities and multiple barriers. This study aimed to analyze the barriers and facilitators perceived by women with disabilities regarding access to and participation in Paralympic sports. **Methods:** This is a qualitative, descriptive, and exploratory study conducted with eight women with disabilities who participate in sports activities linked to the Paralympic Reference Center of Roraima. Data were collected using a semi-structured questionnaire composed of open- and closed-ended questions, and the data were analyzed through content analysis. **Results:** The findings highlighted the main facilitators and barriers to these women's participation in sports. Support from public projects or programs, the availability of equipment, and transportation to sports facilities were identified as important facilitators, reinforcing the importance of adequate investment and infrastructure to ensure these women's access to and continued participation in sports activities. Regarding barriers, the lack of equipment, lack of transportation, and limited financial resources were identified by the participants. **Conclusion:** It is concluded that, although progress has been made in Paralympic sport,

challenges still persist that affect the access and retention of women with disabilities in sports. Therefore, the importance of strengthening public policies, expanding accessibility, and investing in infrastructure and professional training to promote greater inclusion and equity in sport is emphasized.

Keywords: Paralympic sport; women with disabilities; social inclusion; accessibility.

1. INTRODUÇÃO

O movimento paralímpico, fruto das iniciativas de reabilitação de veteranos da Segunda Guerra Mundial conduzidas pelo Dr. Ludwig Guttmann, na Unidade de Lesões Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, na década de 40, consolidou-se como um importante fenômeno esportivo. A utilização do esporte como parte do processo de reabilitação das pessoas com deficiência (PCD), tornou-se conhecido posteriormente como o movimento embrionário do esporte paralímpico. Foi a partir do primeiro evento competitivo do Hospital, em 1948, intitulado Jogos de Stoke Mandeville, sendo uma competição de arco e flecha, com 2 mulheres e 14 homens, onde todos eram veteranos de guerra, que o esporte paralímpico atravessou diversas barreiras e cresceu como uma prática de alcance global (PARSONS; WINCKLER, 2012; SCRUTON, 1979, BAILEY, 2009)

Os Jogos Paralímpicos transformaram-se no evento paradesportivo mais importante do mundo, além de ser o segundo maior evento esportivo em número de participantes e países. Os Jogos de Stoke Mandeville foram realizadas anualmente de 1948 em diante, com edições que foram posteriormente reconhecidas retroativamente como os Jogos Paralímpicos de Verão. Dessa forma, oficialmente a primeira edição dos Jogos Paralímpicos, foi realizada em Roma em 1960 e inicialmente destinada a usuários de cadeira de rodas, contou com a participação de 328 atletas de 21 países, sendo 275 homens e apenas 53 mulheres, além de não registrar a presença de atletas brasileiros (WINCKLER; MELLO, 2012; LEGG, 2018; HILGEMBERG, 2019)

A participação das pessoas com deficiência no esporte tem crescido nas últimas décadas, especialmente com o fortalecimento das políticas de inclusão e com o desenvolvimento do movimento paralímpico. É nesse contexto que segundo o Ministério do Esporte (2025) o Governo Federal liberou o maior investimento da história no paradesporto brasileiro, com o novo contrato no valor de R$ 160 milhões para o ciclo 2025-2028, visando o suporte financeiro e estrutural para mais de 120 atletas e 18 modalidades paralímpicas.

Sabendo que a prática esportiva contribui para o desenvolvimento físico, para a melhora dos aspectos sociais, psicológicos e de qualidade de vida das pessoas, esses benefícios, claramente, também se aplicam para as PCD. Nesse sentido, a prática esportiva para esse público, possui como característica ser um agente transformador, onde o exercício físico irá impactar diretamente sua qualidade de vida, já que, a autonomia e inclusão social, são fatores fundamentais na reabilitação dos sujeitos e participação ativa na sociedade (RIMMER; MARQUES, 2012; HAIACHI et al., 2016)

Dessa forma, os crescentes investimentos financeiros – que fomentam o desenvolvimento de ações sociais - significam mais do que apenas recursos econômicos, pois contribuem para a promoção de direitos e para a ampliação de oportunidades de participação social desse grupo. A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabelece diretrizes voltadas à garantia de direitos fundamentais, incluindo o acesso ao esporte, ao lazer e às atividades físicas em condições de igualdade.

Nesse contexto, investimentos econômicos, políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas ao esporte adaptado tornam-se fundamentais para ampliar a participação de pessoas com deficiência em diferentes níveis de prática esportiva, contribuindo para a promoção da inclusão social, da autonomia e da melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, apesar dos visíveis avanços, ainda existem diversas barreiras que podem ser identificadas e que podem dificultar o acesso e a permanência dessas pessoas nas atividades esportivas. Entre esses desafios, destacam-se no presente estudo as barreiras estruturais, sociais e atitudinais, como falta de acessibilidade, escassez de oportunidades, limitações de recursos, profissionais capacitados e preconceitos presentes na sociedade.

Quando se trata especificamente da participação feminina, essas dificuldades podem ser ainda mais evidentes. Mulheres enfrentam múltiplas barreiras relacionadas ao gênero durante toda a vida e quando se trata de mulheres com deficiência, podem se tornar ainda mais complexas, uma vez que se somam às barreiras relacionadas à acessibilidade, à falta de estruturas adequadas e às atitudes sociais frente à deficiência. (FELICIANO, 2024; SANTOS et al., 2024)

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a participação feminina no esporte ainda é marcada pela diferença de quantitativo entre homens e mulheres. Historicamente, as mulheres enfrentam barreiras relacionadas a estereótipos de gênero, menor incentivo social, desigualdade de oportunidades, falta de investimento e menor visibilidade em comparação aos homens. Esses fatores podem influenciar tanto o acesso quanto a permanência das mulheres em práticas esportivas, limitando sua participação em diferentes modalidades e contextos. (MOURA, 2020; ADELMAN 2006).

Nos Jogos Paralímpicos de Paris 2024, na delegação brasileira, dos 225 atletas convocados, 117 são mulheres, o que corresponde a 45,88% do total de competidores. Esse número representa um recorde histórico, configurando a maior participação feminina já registrada pelo Brasil no evento.

Esses números evidenciam um avanço significativo na representatividade feminina no cenário paralímpico nacional, demonstrando que as mulheres vêm conquistando, de forma progressiva, seu espaço no esporte, evidenciando avanços importantes em termos de participação e representatividade.

Apesar desse crescimento, torna-se importante ampliar o entendimento sobre a participação de mulheres com deficiência no esporte paralímpico, dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as barreiras e os facilitadores percebidos por mulheres com deficiência para seu engajamento no esporte.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e exploratório, que buscou compreender as barreiras e os facilitadores para a participação de mulheres com deficiência no esporte. A amostra foi constituída por conveniência, por 08 mulheres com deficiência participantes de atividades esportivas vinculadas ao Centro de Referência Paralímpico de Roraima (CRP-RR).

Como critério de inclusão foram estabelecidos: a) ter mais de um ano de participação em atividade esportiva; b) ter domínio cognitivo para compreensão das questões a serem perguntadas. Como critério de exclusão foi estabelecido: a) a não participação a mais de um ano nas atividades esportivas.

Tabela 1. Caracterização da amostra.

A deficiência é:	Idade	Há quanto tempo você pratica atividade física ou esporte?	Quantas vezes por semana você pratica?	Escolaridade
Congênita	30 a 39 anos	Mais de 6 anos	5 vezes ou mais	Pós graduação
Congênita	30 a 39 anos	1 a 3 anos	1 a 2 vezes	Ensino Médio
Congênita	18 a 29 anos	1 a 3 anos	3 a 4 vezes	Ensino Médio
Congênita	30 a 39 anos	1 a 3 anos	3 a 4 vezes	Ensino Médio

A deficiência é:	Idade	Há quanto tempo você pratica atividade física ou esporte?	Quantas vezes por semana você pratica?	Escolaridade
Congênita	30 a 39 anos	1 a 3 anos	3 a 4 vezes	Ensino Médio
Congênita	30 a 39 anos	1 a 3 anos	3 a 4 vezes	Graduação
Adquirida	18 a 29 anos	1 a 3 anos	3 a 4 vezes	Fundamental
Congênita	30 a 39 anos	1 a 3 anos	1 a 2 vezes	Graduação

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas, elaborado a partir da adaptação do instrumento desenvolvido por Seron et al. (2015). O instrumento teve como objetivo identificar aspectos relacionados às experiências das participantes no esporte, incluindo fatores que dificultam (barreiras) ou favorecem (facilitadores) sua participação nas práticas esportivas.

O formulário foi aplicado de forma on-line, por meio de Google Forms, de acordo com a disponibilidade das participantes. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante aceite das participantes após esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UERR sob o parecer no. 4.147.686.

O questionário não identificou as participantes por nome ou qualquer outra informação que possibilite ou exponha sua identificação, garantindo o anonimato e a confidencialidade das respostas.

A partir do Google Forms, os resultados foram exportados para a ferramenta Planilhas Google, onde organizados, foram inseridos os gráficos a partir da mesma plataforma. Os dados obtidos foram organizados e analisados por meio de análise qualitativa de conteúdo, buscando identificar categorias relacionadas às barreiras e aos facilitadores para a participação esportiva dessas mulheres. O formulário permitia a escolha de mais de uma opção de resposta no questionário nos seguintes itens: Facilitadores e barreiras.

3. RESULTADOS

3.1 Facilitadores para prática de atividade física

Com base nas respostas obtidas, foi possível identificar facilitadores que favorecem a prática de atividade física entre as participantes. Entre os facilitadores mais mencionados destacam-se: o apoio da família, o apoio de projetos ou programas públicos, bem como aspectos relacionados à atuação dos profissionais, como o conhecimento técnico, o jeito de conduzir as atividades e a atenção dedicada às participantes, conforme a Tabela 2:

Tabela 2. Facilitadores para prática de atividade física

Fator	Nº de votos	Porcentagem
Apoio da família	2	25%
Apoio de projetos ou programas públicos	3	37,5%
Conhecimento dos profissionais	2	25%
Atenção dos profissionais	2	25%
Equipamentos disponíveis	2	25%
Transporte até o local	2	25%
Horário disponível	2	25%
Acessibilidade do local	1	12,5%
Apoio dos amigos	1	12,5%
Segurança do local	1	12,5%
Incentivo para mulheres com deficiência	1	12,5%
Vontade ou motivação para praticar	1	12,5%
Custo financeiro	2	25%

Fonte: Autores (2026)

3.2 Barreiras para prática de atividade física

Em relação as barreiras para a prática de atividade física, destacam-se os fatores mais citados pelas participantes como: a falta de equipamentos, falta de transporte, tarefas domésticas, falta de recursos financeiros, vergonha devido ao olhar de outras pessoas e cansaço físico, todos mencionados por 37,5% das participantes (n=3).

Tabela 3. Barreiras para prática de atividade física

Barreira	Nº de votos	Porcentagem
Falta de equipamentos	3	37,5%
Falta de transporte	3	37,5%
Tarefas de casa	3	37,5%
Falta de recurso financeiro	3	37,5%
Vergonha por outras pessoas olharem	3	37,5%
Cansaço físico	3	37,5%
Falta de orientação profissional	2	25%
Falta de habilidade física	2	25%
Falta de companhia	1	12,5%
Dores ou mal-estar	1	12,5%
Trabalho excessivo	1	12,5%
Medo de se machucar	1	12,5%
Falta de espaço adequado	1	12,5%
Falta de segurança no local	1	12,5%
Falta de incentivo da família ou amigos	1	12,5%
Preocupação com a aparência	1	12,5%
Falta de tempo	1	12,5%

Outros fatores também foram relatados, como falta de orientação profissional e falta de habilidade física, citados por 25% das participantes (n=2).

Barreiras adicionais apareceram com menor frequência, sendo mencionadas por 12,5% das participantes (n=1), entre elas falta de companhia, dores ou mal-estar, trabalho excessivo, medo de se machucar, falta de espaço adequado, falta de segurança no local, falta de incentivo familiar ou de amigos, preocupação com a aparência e falta de tempo.

4. DISCUSSÃO

Para compreender de forma mais aprofundada os facilitadores e as barreiras enfrentadas pelo grupo de estudo, torna-se necessário retomar, ainda que brevemente, o percurso histórico e social que possibilitou a inserção e a participação das mulheres no esporte e quais fatores atualmente podem influenciar sua adesão ou permanência no esporte.

Durante grande parte da história moderna, o esporte foi estruturado como um espaço masculino. Muitas sociedades consideravam que atividades físicas intensas eram inadequadas para mulheres, pois se acreditava que poderiam prejudicar a saúde ou a maternidade. O esporte moderno foi institucionalizado principalmente por homens, em ambientes como escolas militares, universidades e clubes masculinos. Nesse contexto, as mulheres eram incentivadas a atividades consideradas “delicadas”, enquanto o esporte competitivo era associado à masculinidade (HARGREAVES, 2013; DE OLIVEIRA, 2025).

A busca pela equidade de gênero no esporte ganhou maior visibilidade internacional a partir da Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte, elaborada em 1994 durante a Primeira Conferência Mundial sobre Mulheres e Esporte, realizada em Brighton, na Inglaterra. O documento estabelece princípios e diretrizes voltados a ampliação da participação feminina em todos os níveis do esporte, defendendo igualdade de oportunidades, acesso às práticas esportivas desde a infância, maior presença de mulheres em cargos de liderança e o enfrentamento de barreiras culturais e sociais que historicamente limitaram sua participação. Desde então, a declaração tem servido como referência para políticas públicas e ações

institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero no esporte em diversos países. (ALTMANN, 2014)

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a participação feminina no esporte ainda é marcada por diversos desafios. Historicamente, as mulheres enfrentam barreiras relacionadas a estereótipos de gênero, menor incentivo social, desigualdade de oportunidades, falta de investimento e menor visibilidade em comparação aos homens. Esses fatores podem influenciar tanto o acesso quanto a permanência das mulheres em práticas esportivas, limitando sua participação em diferentes modalidades e contextos (MOURA, 2020; ADELMAN 2006).

Em seu estudo, Grubba (2025), identificou fatores como a insuficiência de investimentos, a desigualdade salarial, a baixa representatividade feminina, a estereotipação e sexualização de atletas, como obstáculos que impactam diretamente a progressão profissional. Historicamente, programas esportivos, patrocínios, infraestrutura e cobertura midiática foram direcionados majoritariamente para atletas homens. E assim, tais discriminações constituem obstáculos, fazendo com que essa diferença de investimento reduza o número de oportunidades para mulheres iniciarem e permanecerem no esporte competitivo (RODRIGUES, 2024).

Diante desse cenário, evidencia-se que as barreiras enfrentadas pelas mulheres no esporte não se limitam apenas aos aspectos individuais, mas estão profundamente enraizadas em fatores estruturais, sociais e culturais que ainda influenciam suas trajetórias. Assim, compreender essas limitações torna-se essencial para analisar que possamos compreender os resultados relatadas.

Nesse sentido, a seguir serão discutidos os resultados obtidos, buscando estabelecer relações entre a literatura e as vivências das participantes, a fim de compreender os facilitadores e as barreiras presentes em seu contexto esportivo.

4.1 Facilitadores para prática de atividade física

Os resultados deste estudo evidenciam que a participação de mulheres com deficiência na prática de atividade física é influenciada por um conjunto de fatores que atuam tanto como facilitadores quanto barreiras, envolvendo dimensões estruturais, sociais e econômicas.

Entre os facilitadores identificados, destaca-se principalmente o apoio da família, apontado com maior frequência pelas participantes. Esse elemento reforça a importância das redes de suporte, uma vez que o incentivo familiar, aliado à atuação de profissionais qualificados e à existência de políticas públicas, contribui significativamente para a permanência das mulheres com deficiência nas atividades esportivas.

Suporte familiar, conforme discutido por Cardoso et al. (2019) em estudo sobre motivos para continuidade no esporte paralímpico, é fundamental para a longevidade esportiva, especialmente para mulheres. Os autores destacam que 65% dos atletas investigados em seu estudo, citam o apoio familiar como fundamental para superar desafios e permanecer praticando a modalidade esportiva escolhida.

Além disso, o apoio familiar exerce um papel fundamental na organização da rotina de treinos e na continuidade da prática esportiva, fortalece a autoconfiança, promove sentimentos de pertencimento e reconhecimento, auxiliando na construção de uma identidade positiva como atleta.

Dessa forma, percebemos que o apoio familiar, além de contribuir para o engajamento e desempenho esportivo, influencia positivamente a socialização e autonomia das mulheres com deficiência em diferentes contextos do cotidiano.

Também em destaque, o apoio de projetos e programas públicos é indicado como um facilitador para as mulheres investigadas.

Nesse sentido, compreendemos a importância das políticas públicas como meio de promoção da inclusão social e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, tratando-se aqui, especialmente no que se refere ao acesso as práticas esportivas. No contexto brasileiro,

as iniciativas desenvolvidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e pelo Ministério do Esporte, reforçam a importância de programas capazes de reduzir desigualdades, ampliar oportunidades e fomentar a participação das PCD em diferentes níveis de esporte.

Iniciativas do CPB possuem papel fundamental para o desenvolvimento do esporte paralímpico no país. A Escola Paralímpica de Esportes é um exemplo. Esse projeto promove a iniciação de crianças com deficiência física, visual e intelectual na faixa etária de 7 a 17 anos atividades físicas estruturadas, contribuindo para o desenvolvimento motor, social e emocional dos participantes. Esse programa funciona como uma porta de entrada para o esporte paralímpico no país (CPB, 2026a).

Somado a isso, os Centros de Referência Paralímpicos (CRP's), outro programa desenvolvido pelo CPB desde 2019, está presente em mais de 100 cidades do Brasil com o objetivo de ampliar o acesso a prática esportiva de forma gratuita e descentralizada, oferecendo treinamento em diferentes modalidades paralímpicas, além de acompanhamento por profissionais qualificados. Os CRP's configuram-se como importantes espaços de promoção e desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência no Brasil. (PEREIRA et al., 2019; ROCHA et al., 2021, CARDOSO, 2026).

Também cabe mencionarmos aqui, o Ministério do Esporte, que atua de forma abrangente, contemplando desde a iniciação esportiva até o alto rendimento. Para além do suporte técnico, a instituição também oferece apoio financeiro e estrutural por meio de programas e políticas públicas, como o Bolsa Atleta, o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), o TEAtivo e a Lei de Incentivo ao Esporte, contribuindo significativamente para a ampliação do acesso, permanência e desenvolvimento de pessoas com deficiência no esporte.

O conhecimento dos profissionais é outro facilitador destacado pelas participantes, ao abordarmos essa temática, é necessário abordar a formação profissional de professores de Educação Física para atuação no esporte voltado às pessoas com deficiência. Atualmente, a formação adequada se constitui como um elemento fundamental para a consolidação de práticas esportivas inclusivas e para o desenvolvimento do esporte adaptado e paralímpico.

Atuar no movimento paralímpico exige competências específicas que vão além da formação generalista tradicional, demandando conhecimentos relacionados às diferentes deficiências, às adaptações pedagógicas e metodológicas, bem como aos princípios que orientam o esporte adaptado e o movimento paralímpico.

Professores devidamente capacitados apresentam maior segurança para planejar, adaptar e conduzir atividades esportivas que respeitem as características funcionais, motoras e psicossociais das pessoas com deficiência, favorecendo a participação, o desenvolvimento de habilidades motoras, a autonomia e a inclusão social por meio do esporte (SHERRILL, 2004; WINNICK, 2011; FURTADO et al. 2025).

Atualmente o Programa Educação Paralímpica desenvolvido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) tem se consolidado como uma importante estratégia de formação e capacitação de professores de Educação Física para a atuação no contexto do esporte paralímpico. O programa busca ampliar o conhecimento sobre o esporte para pessoas com deficiência, promovendo a disseminação de conteúdos teóricos e práticos voltados à inclusão, ao esporte adaptado e às modalidades paralímpicas (CPB, 2026b).

Além disso, a formação acadêmica contribui diretamente para o fortalecimento do esporte paralímpico, pois possibilita a identificação de talentos, o desenvolvimento de programas de treinamento adequados e a ampliação das oportunidades de participação esportiva em diferentes níveis, desde o esporte educacional até o alto rendimento (HAEGELE et al. 2021)

Nesse contexto, a qualificação de professores e profissionais de Educação Física assume papel estratégico na expansão do esporte paralímpico e na consolidação de políticas de inclusão, especialmente em regiões que historicamente apresentam menor acesso a programas estruturados. Destaca-se portanto: a importância de programas de pós-graduação e programas

de capacitação voltados à formação de profissionais capazes de atuar em diferentes contextos do esporte para pessoas com deficiência (CARDOSO et al., 2018).

4.2 Barreiras para prática de atividade física

Entretanto, apesar da presença dos fatores positivos já citados, os resultados demonstram que ainda existem diversas barreiras que dificultam a participação desse público.

Entre as barreiras relatadas pelas participantes estão a falta de equipamentos adequados, a falta de transporte, as tarefas domésticas, a falta de recursos financeiros, a vergonha associada ao olhar de outras pessoas e o cansaço físico.

A falta de equipamentos adequados aparece como uma das principais barreiras, o que pode estar relacionado à limitação de espaços esportivos adaptados e a escassez de materiais específicos para as práticas. Esse fator demonstra que, mesmo com o crescimento do movimento paralímpico e com os avanços nas políticas de inclusão, ainda existem desafios relacionados a infraestrutura esportiva e a oferta de recursos adequados para esse público.

Muitos esportes paralímpicos exigem materiais específicos, como cadeiras de rodas esportivas, próteses, órteses, bolas adaptadas, entre outros recursos que possibilitam a execução das práticas com segurança e desempenho adequado. No entanto, o alto custo desses equipamentos, aliado à limitada disponibilidade em projetos esportivos e instituições públicas, dificulta o acesso de grande parte dessa população às atividades esportivas.

Nesse contexto, a ausência de recursos materiais adequados pode comprometer não apenas o acesso inicial ao esporte, mas também a continuidade da prática e o desenvolvimento esportivo. Sem equipamentos apropriados, as atividades tornam-se menos seguras e menos eficientes, podendo gerar frustração, desmotivação e até abandono da prática esportiva. Além disso, a falta de investimento em materiais adaptados reflete desigualdades estruturais que ainda persistem no campo do esporte inclusivo (HAIACHI et al. 2016; CARDOSO et al. 2018a)

Ainda Tweedy e Vanlandewijck (2011) destacam que o desenvolvimento do esporte paralímpico está diretamente relacionado à disponibilidade de recursos tecnológicos e equipamentos adaptados, que possibilitam a participação equitativa de atletas com diferentes tipos de deficiência. A ausência desses recursos pode limitar o potencial esportivo e reduzir as oportunidades de inclusão e participação.

Além disso, a necessidade de adaptações arquitetônicas e de acessibilidade nos espaços esportivos amplia ainda mais os custos envolvidos, tornando a prática esportiva menos acessível para essa população.

Nesse sentido, a limitação de equipamentos e infraestrutura adequada não apenas restringe a iniciação esportiva, mas também compromete a continuidade e o desenvolvimento de atletas, evidenciando a importância de políticas públicas e investimentos que garantam melhores condições de acesso e permanência no esporte.

Outro aspecto relevante identificado foi a falta de transporte, que representa uma barreira estrutural importante para a participação esportiva. A dificuldade de deslocamento até os locais de prática pode limitar o acesso de pessoas com deficiência às atividades físicas, especialmente quando os espaços esportivos estão localizados em regiões distantes ou quando não existem opções de transporte acessível e adequado. Esse fator evidencia a necessidade de políticas públicas que ampliem a acessibilidade urbana e facilitem o deslocamento desse público.

Segundo Abreu et al. (2024), o acesso ao transporte público ainda se configura como uma das principais dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência. Apesar dos avanços em algumas cidades, com a disponibilização de ônibus adaptados que contam com rampas, elevadores e espaços reservados, ainda existem limitações significativas na efetivação desse serviço. Entre os principais problemas, destaca-se a demora na disponibilidade de veículos acessíveis, o que torna o deslocamento frequentemente difícil, cansativo e, por vezes, inviável.

Nesse sentido, a mobilidade urbana constitui um fator determinante para a efetivação do direito ao esporte para PCD. Quando os indivíduos com deficiência enfrentam dificuldades para se deslocar até centros de treinamento, projetos esportivos ou instalações esportivas, ocorre uma limitação no acesso às oportunidades de desenvolvimento físico, social e psicológico proporcionadas pela prática esportiva. Além disso, a dependência de terceiros para o transporte pode gerar desmotivação e reduzir a frequência nas atividades, impactando negativamente o processo de inclusão.

Legg (2019) destaca que a participação de pessoas com deficiência no esporte não depende apenas da motivação individual ou da oferta de programas esportivos, mas também da existência de condições estruturais adequadas, entre elas o acesso ao transporte e à infraestrutura acessível. A ausência desses elementos tende a ampliar as desigualdades e restringir a participação esportiva desse público.

Ainda, Hardin e Hardin (2004) apontam que barreiras ambientais, como transporte inadequado e dificuldades de mobilidade urbana, figuram entre os principais fatores que limitam o envolvimento de pessoas com deficiência em atividades físicas e esportivas. Segundo os autores, a superação dessas barreiras exige ações intersetoriais que envolvam políticas públicas de mobilidade, acessibilidade e inclusão social.

Dessa forma, compreender e enfrentar as dificuldades relacionadas ao transporte torna-se fundamental para ampliar o acesso de pessoas com deficiência ao esporte e garantir condições mais equitativas de sua plena participação. A adoção de estratégias que promovam transporte acessível, apoio institucional e planejamento urbano inclusivo pode contribuir significativamente para reduzir essas barreiras e fortalecer processos de inclusão por meio do esporte.

A falta de recursos financeiros também se destaca entre as principais barreiras relatadas pela amostra investigada. A prática esportiva pode envolver custos relacionados ao transporte, equipamentos, vestuários e a participação em atividades ou programas específicos. Dessa forma, limitações financeiras podem dificultar o acesso e a continuidade da participação esportiva desse grupo, especialmente quando ainda existem tão poucas políticas públicas ou programas gratuitos que promovam a inclusão desse público.

Nesse cenário, a limitação financeira pode restringir significativamente as oportunidades de participação esportiva, impactando diretamente das pessoas com deficiência. A ausência de recursos financeiros adequados muitas vezes impede o acesso a programas estruturados de treinamento, bem como a eventos esportivos e competições, o que pode limitar o processo de desenvolvimento esportivo e a descoberta de talentos no esporte paralímpico. Cardoso et al. (2018b) destacam o importante papel de programas como Bolsa-Atleta para mitigar dificuldades econômicas, com investimentos governamentais atuando como facilitadores adicionais para mulheres em diferentes regiões do país.

Ainda Brittain (2016) enfatiza que as desigualdades financeiras influenciam diretamente a participação de pessoas com deficiência no esporte, uma vez que a prática esportiva frequentemente requer investimentos adicionais em equipamentos, infraestrutura e apoio técnico. Segundo o autor, políticas públicas de incentivo, programas de financiamento e iniciativas institucionais são fundamentais para reduzir essas barreiras e ampliar o acesso ao esporte para esse público.

Por fim, os resultados do presente estudo reforçam que a participação de mulheres com deficiência no esporte é influenciada por uma combinação de fatores, evidenciando a necessidade de estratégias que ampliem o acesso, promovam maior acessibilidade e fortaleçam políticas públicas voltadas ao esporte inclusivo.

Compreender essas barreiras e facilitadores é fundamental para o desenvolvimento de ações que contribuam para a construção de ambientes esportivos mais inclusivos, equitativos e acessíveis para mulheres com deficiência. Pois, para além de vencer as barreiras também torna-

se necessário um olhar atento aos facilitadores, afim de comprometer-se com os fatores que estimulam essas mulheres a continuarem praticando o esporte.

5. CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que a participação de mulheres com deficiência no esporte é atravessada pela interação de fatores estruturais, sociais e individuais, que podem atuar como facilitadores e barreiras. Entre os principais achados, destacam-se o papel fundamental das redes de apoio, a relevância dos projetos e programas públicos e a importância da atuação de profissionais qualificados como elementos que favorecem a adesão e a permanência na prática esportiva.

Por outro lado, barreiras como a falta de equipamentos adequados, dificuldades de transporte e limitações financeiras demonstram que, apesar dos avanços no campo do esporte paralímpico, ainda persistem desigualdades significativas que impactam diretamente a experiência esportiva desse público. Tais achados reforçam que a inclusão no esporte não depende apenas da motivação individual, mas está profundamente relacionada com as condições de acesso, disponibilidade de recursos e existência de políticas públicas efetivas.

Além disso, quando analisada sob a perspectiva de gênero, a participação dessas mulheres revela um cenário ainda mais desafiador, marcado pela sobreposição de desigualdades relacionadas tanto com a deficiência quanto ao gênero, evidenciando a necessidade de abordagens interseccionais no desenvolvimento de políticas e práticas esportivas.

Nesse sentido, destaca-se a importância do fortalecimento de iniciativas institucionais, investimentos públicos e ações intersetoriais que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento dessas mulheres no esporte. Programas de incentivo, ampliação da infraestrutura acessível, qualificação profissional e políticas de mobilidade urbana configuram-se como estratégias fundamentais para a redução das barreiras identificadas.

Por fim, este estudo contribui para a ampliação do conhecimento acerca da participação de mulheres com deficiência no esporte. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o número de participantes e considerem diferentes contextos socioculturais, a fim de aprofundar a compreensão sobre as múltiplas dimensões que influenciam o engajamento esportivo desse grupo. Dessa forma, espera-se que os achados aqui apresentados possam abrir espaço para a construção de práticas mais inclusivas e acessíveis, fortalecendo o esporte como um direito e um instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS

Abreu, C. E. de, Ruiz, H. do C. R., Santos, N. S. dos, & Silva, S. G. da. (2024). *Mobilidade urbana: Evidenciando a acessibilidade para PCDs*. Trabalho técnico (Curso Técnico em Logística), Escola Técnica Estadual Dep. Ary de Camargo Pedroso, Piracicaba.

Adelman, M. (2006). Mulheres no esporte: Corporalidades e subjetividades. *Movimento, 12*(1), 11–29.

Altmann, H. (2014). Gênero e esporte na escola: Reflexões a partir da Declaração de Brighton sobre mulheres e esporte. In Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Mulheres no esporte* (Ano IV, n. 6, p. 53).

Bailey, R. et al. The educational benefits claimed for physical education and school sport: an academic review. *Research Papers in Education*, v. 24, n. 1, p. 1–27, 2009.

Brasil. Ministério do Esporte. (2025, May 22). *Governo federal libera maior investimento da história no paradesporto brasileiro*. https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/governo-federal-libera-maior-investimento-da-historia-no-paradesporto-brasileiro

Brittain, I. (2016). *The Paralympic Games explained*. Routledge.

Cardoso, V., Haiachi, M., Filho, A., & Gaya, A. (2018a). The structural and human resources support for Brazilian Paralympic athletes. Journal of Human Sport and Exercise, 13, 873-883. https://doi.org/10.14198/jhse.2018.134.14

Cardoso, V. D., Haiachi, M. de C., Reppold Filho, A. R., & Gaya, A. C. A. (2018b). Financial support for paralympic athletes in Brazil. Journal of Physical Education, 29(1), e2963. https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v29i1.2963

Cardoso, V. D. (2026). *Centro de referência paralímpico no Brasil: Contribuições para o esporte paralímpico brasileiro*. UERR Edições.

Comitê Paralímpico Brasileiro. (2021, July 6). *Qual atleta mais jovem? Quantas mulheres? Quantos estreantes? Confira o raio-x da delegação brasileira paralímpica convocada para Tóquio*. https://cpb.org.br/noticias/qual-atleta-mais-jovem-quantas-mulheres-quantos-estreantes-confira-o-raio-x-da-delegacao-brasileira-paralimpica-convocada-para-toquio-2/

Comitê Paralímpico Brasileiro. (2026a, April 3). Escola Paralímpica de Esportes https://cpb.org.br/escola-paralimpica-de-esportes/

Comitê Paralímpico Brasileiro. (2026b, April 4). Programa Educação Paralímpica https://cpb.org.br/educacao-paralimpica/

De Oliveira, A. C. (2025). Cuidado como trabalho e direito: Provisão, distribuição e acesso a cuidados no estado do Rio de Janeiro. In *Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*.

Feliciano, N. F. (2024). *A mulher com deficiência no esporte paralímpico: Uma análise interseccional entre deficiência e gênero* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas.

Grubba, L. S. (2025). Mulheres atletas brasileiras: Políticas e ações de inclusão. *InterAção, 16*(5), e91924.

Haiachi, M. C., Cardoso, V. D., Reppold Filho, A. R., & Gaya, A. C. A. (2016). Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva, 21*(10), 2999–3006. https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18512016

Hardin, B., & Hardin, M. (2004). *Performance without pity: Disability sport, media and culture*. Peter Lang.

Hargreaves, J. (2013). *Heroínas do esporte: A política da diferença e da identidade*. Routledge.

Hilgemberg, T. (2019). Jogos Paralímpicos: História, mídia e estudos críticos da deficiência. *Recorde, 12*(1), 1–19.

Legg, D. (2018). *The business of the Paralympic Games*. Palgrave Macmillan.

Moura, C. (2020). Corpo feminino e liberdade em Beauvoir: Uma análise feminista fenomenológica. *Em Curso, 7*(1). https://doi.org/10.37038/ec.v7i1.291

Parsons, A., & Winckler, C. (2012). Esporte e a pessoa com deficiência: Contexto histórico. In M. T. de Mello & C. Winckler de Oliveira Filho (Orgs.), *Esporte paralímpico*. Atheneu.

Pereira, R., Cabral, S. I. C., Barboza, F., Pereira, E. M. L., Souza, S., & Pereira, L. (2019). Coordenação de esporte escolar do Comitê Paralímpico Brasileiro: Projetos de massificação do esporte paralímpico nacional. In A. F. S. Oliveira & M. C. Haiachi (Orgs.), *V Ciclo de debates em estudos olímpicos e paraolímpicos: O futuro dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos*. Tribo da Ilha.

Rimmer, J. H., & Marques, A. C. (2012). Physical activity for people with disabilities. *Lancet (London, England), 380*(9838), 193–195. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)61028-9

Rocha, J. P. da S., Nicoletti, L. P., Dos Santos Neto, S. C., & Cardoso, V. D. (2021). Projeto Centro de Referência Paralímpico de Roraima: Contribuições para a iniciação paralímpica. *Revista Extensão & Cidadania, 9*(15), 64–73. https://doi.org/10.22481/recuesb.v9i15.8630

Rodrigues, K. S., et al. (2024). Manifestação da desigualdade de gênero na trajetória esportiva de mulheres cisgênero: Uma revisão de literatura. *Diálogos Abiertos, 3*(1).

Santos, L. G. T. F., Alves, I. S., Feliciano, N. F., Torres, Á. A. O., Campos, L. F. C. C., & Alves, M. L. T. (2024). Mulheres brasileiras nos esportes paralímpicos: Descobrindo marcos históricos nos Jogos Paralímpicos de Verão. *Adapted Physical Activity Quarterly, 41*(4), 499–512. https://doi.org/10.1123/apaq.2023-0139

Seron, B. B., Arruda, G. A., & Greguol, M. (2015). Barriers and facilitators for physical activity practice among people with disabilities**.** *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 20(1), 9–17. https://doi.org/10.12820/rbafs.v.20n1p9

Scruton, J. (1979). Sir Ludwig Guttmann: Creator of a world sports movement for the paralysed and other disabled. *Spinal Cord, 17*(1), 52–55.

Tweedy, S. M., & Vanlandewijck, Y. C. (2011). International Paralympic Committee position stand: Background and scientific principles of classification in Paralympic sport. *British Journal of Sports Medicine, 45*(4), 259–269. https://doi.org/10.1136/bjsm.2009.065060